



Caixa Econômica Federal e o recente ciclo de crédito no Brasil

Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas

Brunno Henrique Sibin, Ana Rosa Ribeiro de Mendonça Sarti

E-mails: bk.brunno@gmail.com, arm2@uol.com.br

Pibic/CNPq

Palavras-Chave: Caixa – Crédito – Brasil



Introdução

A defesa da participação direta do Estado no mercado bancário, que perdurou nos meados do século XX, passou a ser ofuscada por argumentos reformistas de cunho neoliberal, incluídos no chamado Consenso de Washington, que afirmavam que a participação do Estado tendia a impedir o desenvolvimento dos sistemas financeiros de maneira plena. A onda de privatizações dos anos 90, juntamente com a idéia de que as instituições financeiras públicas detinham baixo desempenho comparadamente às instituições privadas, caracterizou a redução do protagonismo do governo na economia nos anos 2000.

O despertar da crise financeira mundial recentemente explicitou a fragilidade da estrutura financeira construída pelas instituições privadas e, em algum grau, trouxe de volta a discussão do papel do Estado na economia, sobretudo da atuação dos bancos públicos. Novas propostas de conduta das instituições públicas apareceram de modo a expandir o seu limitado raio de ação, circunscrito na pontualidade referente à chamada atuação convencional, ou seja, de que as instituições públicas devem atuar no que concerne à correção das falhas do mercado e estimulando segmentos que não são contemplados pela concorrência privada.

O objetivo do presente trabalho foi discutir a conceituação de bancos públicos e estabelecer um diálogo com a atuação da Caixa Econômica Federal, no tocante ao recente ciclo de crédito que se iniciou no ano de 2003, oferecendo destaque para o papel da instituição no segmento de crédito habitacional.

Metodologia

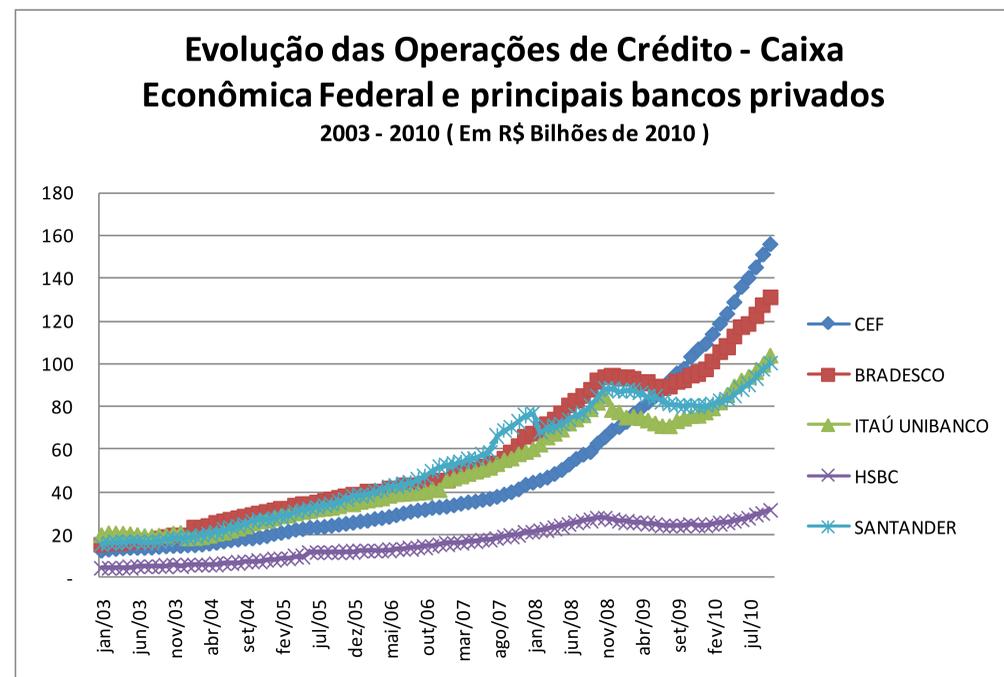
O estudo foi estruturado a partir da revisão da bibliografia relevante sobre o tema. Dada a natureza contemporânea da pesquisa, utilizaram-se informações apresentadas pelo portal eletrônico da Caixa, do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, assim como pela mídia especializada em economia, com destaque para o Valor Econômico.

Resultados e Discussões

Convencionou-se, a partir do início dos anos 2000, que com o crescimento do mercado de capitais e com o aparecimento de instrumentos alternativos ao crédito bancário, os bancos públicos federais seriam relegados ao segundo plano. Os efeitos da crise financeira no Brasil colocaram por terra essa convenção. A existência de um sistema bancário sob predomínio do capital nacional funcionou como âncora da estabilidade macroeconômica, juntamente com a elevação das reservas internacionais.

Quando da crise, e a consequente paralisação do mercado de crédito das instituições financeiras privadas, a liquidez oferecida pelos bancos federais conseguiu evitar perdas ainda maiores do produto. Além disso, nos períodos de normalidade, os bancos federais, combinando orientação de política econômica e estímulo concorrencial, exerceram efeitos positivos sobre a atividade econômica, expandindo a capacidade produtiva.

Os anos 90 foram caracterizados por uma trajetória declinante da relação entre o crédito total e o PIB, tendência que iniciou trajetória de reversão a partir de 2003, ponto de partida da nossa análise. O movimento de crédito desde então pode ser dividido em três momentos: o primeiro, que se estende até agosto de 2008 se caracterizou por um comportamento ascendente da relação entre o crédito total e o PIB brasileiro. O mês de setembro de 2008 é considerado como um mês de transição, quando o mercado de crédito doméstico é atingido pelo efeito-contágio da crise financeira internacional, sendo que seus impactos começaram a transparecer a partir de outubro. A partir do final de 2009, tivemos o retorno do crescimento dos indicadores de crédito.



O ciclo ascendente de crédito a partir de 2003 até o despertar da crise no Brasil teve uma série de condicionantes: um contexto de robustez patrimonial e operacional, proporcionado pelo ajuste anterior, juntamente com a confirmação da garantia de que não haveria alteração na política econômica do novo governo e a melhora do ambiente macroeconômico.

Os esforços do governo federal resultaram na elevação da proporção do crédito em relação ao PIB de 23,6% em janeiro de 2003 para 32,1 % em abril de 2006. Tanto a Caixa quanto os outros bancos privados revelam o desempenho crescente de suas respectivas carteiras de crédito. Certamente, esse avanço teve responsabilidade no crescimento recente da economia e proporcionou, a partir de 2006, uma explosão ainda maior em setores com efeitos encadeadores relevantes em termos de geração de emprego e renda como é o caso da construção civil.

Na carteira de crédito da Caixa, predominam em larga medida os empréstimos habitacionais, em média 57,6% do total do crédito entre 2003 e 2008. A Caixa é a mais importante captadora de recursos sob a forma de cadernetas de poupança no Brasil que são usados como o principal *funding* para empréstimos imobiliários além de operar com recursos do FGTS para financiar programas de habitação.

Os empréstimos ligados a pessoa física merecem atenção. Ainda na fase recente, houve importante expansão do chamado crédito consignado, descontado diretamente da folha de pagamento, anulando o risco de inadimplência neste tipo de modalidade. Entre 2003 e 2008, o aumento médio anual do crédito a pessoa física foi de 22,53%.

Os efeitos da crise financeira internacional no ano de 2008 revelam uma reversão nas operações de crédito dos principais bancos privados, o que não ocorre com a Caixa, justamente na esteira desfavorável de acontecimentos proporcionada pela crise, assim como o clima de incerteza que se proliferou pelas instituições financeiras.

A Caixa, como os outros bancos públicos, além de atuar de maneira anticíclica pela expansão do crédito, serviu de instrumento de política financeira para forçar a redução dos juros bancários cobrados pelos bancos privados. Dessa forma, na terceira fase do ciclo, percebemos no primeiro semestre de 2010 que a Caixa manteve o ritmo de crescimento de suas operações de crédito, com destaque para as operações ligadas ao crédito habitacional. Foi o aquecimento do mercado de construção de habitações um dos fatores fundamentais para viabilizar a recuperação do Brasil no pós-crise.

O bom desempenho da carteira de crédito no período após 2003 é confirmado quando se analisam os dados da carteira quanto o risco, bem como os resultados do banco em termos de rentabilidade e eficiência.

A avaliação do risco é realizada periodicamente e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Consideram-se também os períodos de atraso para a atribuição dos níveis de classificação que vão de AA (risco mínimo) até H (risco máximo).

Até o início de 2005, a distribuição do crédito se concentrava principalmente nos segmentos A e D. Entre 2006 e 2009, o segmento A obtém expansão acelerada enquanto o segmento D perde participação, dando lugar às faixas B e C. A partir de 2009, a expansão das operações teve por base novamente os segmentos A e B. Esses resultados contestam a mentalidade convencional das instituições financeiras de que a expansão da carteira de crédito fatalmente acarreta na queda da qualidade e no aumento da probabilidade de inadimplência. A redução do risco da carteira está associada diretamente a expansão do crédito consignado a partir de 2004.

Em termos de rentabilidade, considerando que a análise concentrou-se na composição e na evolução da carteira de crédito do banco, componente do ativo, usou-se a relação entre o lucro líquido e o total dos ativos, ou retorno sobre o ativo, para verificar a evolução da rentabilidade do banco. Observou-se um comportamento cíclico, com tendência de picos nos meses de junho e setembro e baixas em março e junho (vale considerar que a publicação das informações é trimestral), em todos os anos observados. No final do período, houve tendência de estabilidade nos dados observados. Assim, a expansão da carteira de crédito não prejudicou a instituição quanto a sua rentabilidade.

Em termos de eficiência, utilizou-se um indicador que é formado pelo quociente entre as despesas administrativas e o valor formado pela diferença do resultado da intermediação financeira e das receitas de prestação de serviços. Os valores seguiram uma trajetória relativamente constante entre 2003 e 2006, com leve trajetória de aumento que seguiu de 50 para 80 pontos percentuais no período que se estendeu até o fim de 2010. Novamente, o que se retira da observação é que a Caixa não comprometeu sua eficiência quando expandiu a carteira de crédito.

Conclusão e Referências Bibliográficas

Pode se concluir que a expansão acentuada na composição da carteira de crédito da Caixa a partir de 2006, adquirindo maior intensidade nos tempos de crise, teve relação com o início de ciclos de investimentos que estimularam o boom na construção civil, setor encadeado com diversos segmentos da cadeia produtiva no país, sobretudo o habitacional. Nessa esteira de acontecimentos que o crédito habitacional teve incremento significativo, sobretudo após 2008, com os estímulos do governo federal através de políticas como o Minha Casa Minha Vida, executado principalmente pela Caixa.

A expansão da carteira de crédito associada à melhoria da qualidade e do não comprometimento da rentabilidade e eficiência da instituição aparecem como evidência de que os bancos públicos deve ser atuantes não somente nos momentos de carência de liquidez no sistema e que são ferramentas fundamentais no fomento ao desenvolvimento da economia.

Deos, Simone; Mendonça, Ana Rosa Ribeiro de. Aspectos teóricos e institucionais: uma proposta de delimitação conceitual de bancos públicos. In: Jayme Jr, F.G.; Crocco, M. (orgs.) Bancos públicos e desenvolvimento, Cap 2. Rio de Janeiro : IPEA, 2010.

Prates, Daniela Magalhães. Bancos e ciclo de crédito: da estabilização à crise financeira. In: Carneiro, R.; Marcolino, L.C. (orgs.) Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil: do Plano Real à crise financeira, Cap 4. 1 ed. Publisher Brasil e Ed. Gráfica Atitude. São Paulo, 2010.